



Revista eletrônica de ciências sociais aplicadas.

ISSN: 1980-0193

ARTIGOS COMPLETOS/COMPLETS ARTICLES

## EPISTEMOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO: (UM ESBOÇO DE) REFLEXÕES E POSSIBILIDADES

### *EPISTEMOLOGY AND ADMINISTRATION: (A OUTLINE OF) REFLECTIONS AND POSSIBILITIES*

**Marcio Silva Rodrigues** <sup>(1)</sup>

*Universidade Federal de Pelotas – UFPel/RS*

---

#### RESUMO

Reconhecendo a centralidade do conhecimento científico na sociedade moderna, bem como o fato de que, “coincidentemente”, a corrente científica hegemônica está atrelada aos princípios promulgados pela ideologia vigente, no presente estudo, pretendemos realizar um breve sobrevôo com o intuito de apresentar algumas das principais correntes do pensamento científico moderno, demonstrar as relações existentes entre elas e discutir as influências dessas bases na consolidação do pensamento administrativo. De maneira geral, com vistas a atingir os objetivos propostos, iniciamos a discussão discorrendo acerca das correntes epistemológicas hegemônicas na sociedade, a saber: o positivismo, o funcionalismo e o sistemismo. Ademais, como forma de apresentar algumas possibilidades de emancipação do paradigma dominante, apresentamos as noções da dialética e as influências dessa na consolidação de um paradigma crítico, bem como apresentamos as características do paradigma da complexidade. Após percorrermos algumas das principais bases epistemológicas da sociedade moderna, na seção final deste trabalho, discutimos tanto a possibilidade de construirmos um novo paradigma social, menos excludente que a configuração social ora instaurada, como a necessidade de distanciarmos essa ciência do modelo burocrático-empresarial e situá-la localmente.

**Palavras-Chave:** Epistemologia; Ciência da Administração; Mercado; Poder.

#### ABSTRACT

Recognizing the centrality of scientific knowledge in the modern society, as well as the fact that "coincidentally," the current scientific hegemony is linked to the principles promulgated by the ideology in the present study, we intend to make a brief flyby in order to present some of the mainstream of modern scientific thought, demonstrating the links between them and discussing the influences of these bases in consolidating of the administrative science. Generally, in order to achieve the proposed objectives, we started the discussion discorsing about the epistemological hegemonic currents in the society, namely: positivism, functionalism and system. Moreover, as a way of presenting a possibility of emancipation from the dominant paradigm, we present the concepts of dialectics and its influences in the consolidation of a critical paradigm, and present the characteristics of the paradigm of complexity. After discoursed some main epistemological foundations of modern society, in the final section of this paper, we discuss the possibility of

building a new social paradigm, less exclusionary than the social configuration now established as the need to stand back distance from the bureaucratic model of the science and business and situate it locally.

**Key Words:** Epistemology; Administrative Science; Market; Power.

## PRÉ-TEXTO/PRETEXTO<sup>i</sup>

Ao assumir a cátedra que pertencia a Jean Hyppolite no Collège de France, Michel Foucault (2007), em sua aula inaugural, proferiu a seguinte sentença “toda forma de conhecimento é uma forma de poder”. Quando Foucault (2007) mencionou tal frase, ele referia-se tanto ao uso do saber (conhecimento) como uma forma de poder sobre uma pessoa ou coisa como as disputas entre as diversas formas de saber (religioso, científico, senso comum e filosófico). Entretanto, ao debruçar-nos sob uma perspectiva histórica, as disputas mencionadas parecem apontar para um “vencedor”: o conhecimento científico. Dizemos isso, pois, com a emergência da sociedade moderna, as ciências, a primeira vista, têm sobrepujado outras formas de conhecimento como os mitos, tradições, as religiões e a filosofia, e outorgaram para si o título de detentora da verdade (dogmática e neutra).

Evidentemente que, apesar da supremacia do conhecimento científico sobre outras formas de saber, dentro desse campo, como em qualquer outro campo social, existe uma série de disputas, jogos de poder, rivalidades, vaidades, exclusões e comportamentos assentados em uma lógica concorrencial (ver BOURDIEU, 1994). Assim, uma vez atingida à hegemonia, uma determinada corrente científica esforça-se, ao máximo, para manter-se no poder, pois como afirmou Foucault (2007), ao atingir o status de ordem dominante (ordem do discurso), devido ao desejo de permanecer no poder, (o)

um discurso (nesse caso um tipo específico de conhecimento científico), devido ao uso de diversos mecanismos de exclusão, passa a ser controlado, selecionado e redistribuído a partir de um certo número de procedimentos com o objetivo de conjurar seus poderes e perigos e dominar seus acontecimentos aleatórios.

Partindo de tais argumentos, tomando como base um sentido amplo de epistemologia e percebendo a oportunidade de contribuir, por meio de um texto introdutório, com o debate acerca da epistemologia da Administração, pretendemos, nas páginas subsequentes, realizar um breve sobrevoo com o intuito de apresentar e classificar algumas das principais correntes de base do pensamento científico moderno, demonstrar as relações existentes entre elas (origem, complementaridade, ideologia, visão de mundo e desdobramentos) e discutir as influências dessas bases na consolidação do pensamento administrativo (Ciência da Administração). É importante registrar que, mesmo não sendo tratado de maneira tão pormenorizada quanto os dois primeiros, o último objetivo é extrema relevância para o entendimento do macrossistema social se for assumida a ideia de Etzioni (1967) de que vivemos em uma sociedade de organizações, ou seja, como, nos últimos anos, as organizações assumiram uma importância crucial no desenvolvimento da sociedade, tornando-se, em última instância, responsáveis por fornecer o ponto de vista a partir do qual a realidade é aprendida e é em relação a eles que cada um deverá posicionar-se (ver PAGÈS et al. 1987), é preciso desnudar

a lógica (base epistemológica) sob qual assenta-se o pensamento organizacional para, com isso, entender, de certa maneira, o passado, o presente e, talvez, traçar um possível futuro, menos instrumental, para a sociedade.

De uma maneira geral, a partir da proposta promulgada e sob uma perspectiva histórica, como forma de sistematizar as discussões subsequentes, no capítulo seguinte, iniciamos a discussão apresentando a corrente dominante da sociedade moderna e seus desdobramentos (positivismo, funcionalismo e sistemismo). Logo após, com o intuito de apontar as possíveis formas de superação da base científica dominante, apresentamos as noções da dialética e as influências dessa na consolidação de um paradigma crítico, bem como as características do paradigma da complexidade. Depois desse sucinto debate em torno de algumas das principais bases epistemológicas da modernidade, no pós-texto, considerando os argumentos de Kuhn (1987) acerca dos momentos de “revolução científica” e calcado nas ideias de Souza Santos com o acréscimo de outros autores que compartilham da mesma perspectiva, discutimos tanto a possibilidade de construirmos um novo paradigma social como a necessidade de distanciarmos nossa ciência do modelo burocrático-empresarial.

Antes de darmos continuidade, gostaríamos de realizar alguns esclarecimentos. Em primeiro lugar, a opção por discutir estas e não outras correntes de pensamento estão intimamente relacionadas à nossa própria postura epistemológica, a qual, como sugerem os argumentos (e os autores) anteriores, por orientar-se ao questionamento daquilo que subjaz na “verdade” aparente e por revelar nosso desejo de denunciar relações desiguais de

poder, pode, de certa forma, ser considerada como estruturalista/pós-estruturalista. Assim, diferentemente daquilo observado no texto clássico de Burrell e Morgan (1979), partimos da noção de que a realidade é objetiva e “funciona” a partir de um conjunto de maneiras de agir e de pensar - fatos sociais, nos termos de Durkheim (1978) - consagradas pela tradição e impostas aos indivíduos. Desse modo, apesar de reconhecermos a importância (e, em alguns casos, a carência) de textos que utilizem e discutam a ideia de que a realidade, por ser fruto da ação humana (individual ou não), é subjetiva, como sustentam os teóricos considerados interpretativistas e humanistas radicais; o foco desse texto recai na outra dimensão analisada por Burrell e Morgan (1979), qual seja: o desejo de manter a ordem ou de promover a mudança social.

Ademais, a supressão de uma seção discutindo exclusivamente o paradigma estruturalista também se justifica em decorrência daquela postura. Isto é, por estar presente tanto em trabalhos mais antigos, nos quais analisamos a estrutura de diversas organizações culturais brasileiras, como naqueles mais recentes, em que partimos da concepção de discurso como uma forma de poder (FOUCAULT, 2004, 2007, 2008) e utilizamos ou apontamos a análise crítica do discurso (FAIRCLOUGH, 1995, 2001, 2003) como uma proposta metodológica direcionada para a compreensão da forma como os textos constroem, sustentam e naturalizam determinada “verdade”, determinada visão de mundo; optamos, para não nos tornarmos redundantes, por restringir este trabalho às correntes supracitadas.

Dito isso, passamos à discussão central do texto.

## IDEIAS CENTRAIS DA DISCUSSÃO

De pronto, consideramos relevante salientar que a consolidação de uma base científica, como é sabido, não pode ser considerada como um evento restrito em si mesmo, pois eventos/fenômenos de outras naturezas ou de outros enclaves sociais (político, cultural e econômico), podem ter contribuído para a edificação de uma determinada corrente epistemológica. Ademais, embora não tenha sido explicitado anteriormente, sempre que possível, após a descrição de cada corrente, tentaremos auferir algumas considerações, críticas e/ou associações sobre a forma e os impactos da mesma no pensamento administrativo e, evidentemente, na sociedade (sociedade de organizações). Feitas tais considerações, na sequência deste trabalho, apresentamos uma análise pontual de cada um dos itens mencionados na seção anterior.

### **Ordem, progresso e amor: positivismo e neopositivismo**

Em decorrência dos princípios iluministas, preconizados por Rousseau, Montesquieu, Diderot, dentre outros, mas associado ao desenvolvimento industrial na Inglaterra, ao surgimento do Estado-Moderno (calcado em uma autoridade racional-legal), a consolidação da burocracia como modelo de organização social e, arriscamos a dizer, do protestantismo (ver princípios do Calvinismo), no século XVIII, a discussão (científica ou não), continua em torno do indivíduo, mais precisamente das ações (práticas) desse (tais discussões iniciaram no fim da idade média com empirismo promulgado por Francis Bacon, perpassando pelo racionalismo de René Descartes e culminando com o criticismo de Immanuel Kant). É o que demonstra Benthan

(1979) ao discorrer a respeito do princípio da utilidade – tendência a aumentar ou diminuir a felicidade (bem-estar) da pessoa cujo interesse está em jogo. Por ser positivo, ou seja, por definir o que é verdadeiro e o que é falso (valores externos ao indivíduo), esse conceito, de acordo com Benthan (1979), deve ser estendido para a noção de comunidade (moral), de política e de economia, com o objetivo de aumentar a felicidade do maior número de indivíduos sujeitos a ele (ver o mesmo conceito na obra de Stuart Mill e o conceito de Egoísmo em Adam Smith).

No campo científico, considerando as transformações supracitadas, o positivismo, calcado em valores eminentemente humanos, emerge como a base filosófica e ideológica da sociedade. Segundo Padovani e Catagnola (1990), embora o positivismo tenha surgido inicialmente na França, com Augusto Comte, é na Inglaterra, berço do empirismo, que ele se manifesta em toda a sua genuinidade a partir dos trabalhos de Herbert Spencer. Em termos “operacionais”, em oposição ao idealismo, o projeto positivista defende a importância e exige o respeito para a ciência desenvolvida com base na experiência imediata, dados positivos e os dados sensíveis, ou seja, para o positivismo, a única realidade existente é a realidade física (comprovada cientificamente). Ademais, por mais que o positivismo se assemelhe ao empirismo, uma diferença fundamental consiste na introdução do conceito de evolução, ou seja, a partir do conflito determina-se uma seleção natural na qual se elimina o mais fraco e exalta-se o mais forte (liberalismo) (PADOVANI E CATAGNOLA, 1990).

Segundo Demo (1985), ainda que o positivismo (como descrito acima) tenha revolucionado o fazer científico devido ao estabelecimento de observações controladas e

de técnicas de coletas de dados, por ter sua explicar apenas o observável (repetitivo e, em muitos casos, consensual). Desse modo, em um texto muito intrigante, Demo (1985), além de demonstrar as fraquezas tanto do dedutivismo (tautológico e apriorístico) como do indutivismo (incapacidade de generalização), chama a atenção para a necessidade da ciência (empirismo) de produzir teorias verificáveis. Ademais, esse autor faz alusão, da mesma forma que Dortier (2000) sinaliza ao comentar sobre o Círculo de Viena, às relações subjetivas (linguagem, perspectiva teórica, ideologia, método) que norteiam a construção conhecimento (no caso específico do positivismo: a percepção do real), em oposição à ideia defendida pelos positivistas de que a percepção de mundo pode ser plenamente compatível.

Por isso, durante e após o Círculo de Viena, as atenções dos cientistas se voltam para a necessidade de verificar as proposições dos fatos, como é possível perceber no texto de Dortier (2000) e Schlick e Carnap (1980). Esse último, em especial, sinaliza, ao longo de seu texto, que o positivismo clássico está se esgotando e, em seu lugar, emerge um positivismo lógico. Segundo Schlick e Carnap (1980), para verificar a validade de uma proposição, o positivismo lógico deve analisar o sentido dessa proposição. Para esse autor, o sentido de uma proposição encontra-se no dado (real) e na capacidade de compreender o que ele comunica (deve ser um sentido constatável). Por isso, o positivismo lógico não nega a metafísica, apenas a considera destituída de sentido (SCHLICK E CARNAP, 1980).

Embora Schlick e Carnap (1980) tenham indicado a necessidade de verificar a validade de uma proposição, o

essência calcada no empirismo, restringe-se a aprofundamento acerca dessa questão se dará com Popper (1980). De uma maneira bastante clara e pessoal (admitindo juízo de valor), Popper (1980) critica o dogmatismo científico e afirma que a ciência não é um sistema de conceitos, mas um sistema de enunciados. Partindo dessa colocação, o autor salienta que toda teoria (conjunto de enunciados) deve ser passível de verificação, ou seja, a(s) teoria(s) (sistemas) deve(m) passar por uma série de testes (verificabilidade ou falseabilidade da proposição por meio da experiência) detalhados e severos com o objetivo de escolher a mais apta, sem jamais admiti-la, caso seja verificada (corroborada), como verdadeira (acabada).

Mesmo que outras reflexões sobre o positivismo e seus desdobramentos possam estar contidas nos debates sobre funcionalismo e sistemismo (duas correntes derivadas) e, de certa maneira, no pós-texto, como forma de reunir as diversas informações dispostas, até aqui, sobre o positivismo e tecer algumas considerações sobre como essa base epistemológica tornou-se hegemônica na sociedade, inicialmente, embora recorrente, é importante registrar que o positivismo não pode ser considerado um fenômeno meramente científico, mas um fenômeno social total (político, cultural e, principalmente, econômico). Seja com a emergência da democracia, do liberalismo ou do capitalismo, todos esses conceitos e eventos encontram sustentação na definição de utilitarismo e nos princípios positivistas (realidade objetiva, evolução, ordem, dentre outras).

Mais que isso, especificamente em relação à ciência positiva, entendemos que essa pretende mostrar o que é verdadeiro, em oposição ao que é falso, e, ao realizar isso,

desconsidera quaisquer outras formas de conhecimento. Transportando essa perspectiva para dentro da ciência da administração, o discurso positivista, ao produzir uma série de fórmulas e modelos calcados em uma lógica empresarial (utilitarista), parece afirmar que o certo, o verdadeiro, o “sucesso”; somente será atingido por aqueles que o seguirem. Desse modo, não é raro encontrar indivíduos e organizações que, em busca desse sucesso ou por medo de não participarem da sociedade de mercado, adotam esse discurso como princípio norteador, incontestável, de suas ações. Os reflexos dessa atitude podem ser evidenciados se tomarmos como exemplo a quantidade de modelos importados (norte-americanos) que são aplicados em organizações brasileiras, sem quaisquer adaptações ao contexto em questão.

Como últimas reflexões acerca desse tema, resgatando a discussão realizada por Demo (1985) e contrariando a ideia dos positivistas de que a linguagem pode ser plenamente compatível, faço das palavras de Demo (1985) as minhas: como é possível que um mesmo dado possa ter diversas interpretações? Seria ingênuo não considerar que a linguagem, no sentido de externalizar a percepção de um dado, é, para Wittgenstein (1996), um fenômeno social, ou seja, está intrinsecamente relacionada com os aspectos subjetivos (teoria, método, história, contexto social, ideologia, etc) do pesquisador – Popper já salientava isso ao admitir juízo de valor na construção de suas propostas, mas depois insiste em distinguir as experiências subjetivas das objetivas. Assim, por mais inegável que seja a soberania e a contribuição do positivismo na transformação da sociedade (incluindo o campo científico), ele peca ao reduzir todas as esferas sociais à sua lógica (unificação), sob a pena de

desconsiderar aquilo e aqueles cuja linguagem não seja reconhecida (exclusão).

### **“Um lugar em cada coisa, cada coisa em seu lugar”: o funcionalismo**

Apesar das referidas críticas, a partir do século XIX, como é possível perceber, o positivismo consolida-se como a base ideológica e científica da modernidade influenciando diversos pensadores e extrapolando seus princípios para todas as ciências. Assim, diretamente influenciado pelas ideias de realidade objetiva (externa), de evolução e de utilitarismo, Durkheim (1978), considerado um dos fundadores da sociologia moderna, com o objetivo de sistematizar a análise sociológica, resgata do conceito de dado de Schlick e Carnap (1980) para tratar das realidades sociais e as ideias de Spencer acerca da noção de que a sociedade moderna se baseia essencialmente no contrato. Em analogia ao conceito de dado e de contrato, Durkheim salienta que em cada sociedade existem “fatos sociais”. Em resumo, fato social são modos de agir, pensar e sentir (gerais, externos e coercitivos) que definem alguns comportamentos, independente das manifestações individuais (DURKHEIM, 1978). Da noção de fato social, Durkheim deduz, de acordo com Aron (2002), a ideia que manteve por toda sua sociologia: o indivíduo nasce da sociedade e não a sociedade nasce dos indivíduos. Partido desse pressuposto e associando a ideia de função (a contribuição de uma atividade para o funcionamento do todo - visão totalitária), mais especificamente, utilizando como “pano de fundo” à função da divisão do trabalho (derivada da noção de utilitarismo), Durkheim argumenta que é possível desenvolver meios objetivos pelos quais os estados de consciência não

perceptíveis podem ser reconhecidos, compreendidos e mensurados.

melhor explorado por Malinowski (1970), passa a ser utilizado, também, com o intuito de criar uma ciência mais objetiva. Por função Malinowski (1970), considerado um dos fundadores do funcionalismo, entende todas as atividades desenvolvidas com o objetivo de satisfazer alguma necessidade (primária ou secundária). Partindo dessa proposição, esse autor argumenta que a análise concreta de uma cultura (necessidade secundária) ou dos comportamentos padronizados, desenvolvida a partir de três dimensões intimamente relacionadas (artefatos, grupos organizados e simbolismo), está em consonância com o sistema de satisfação de necessidades biológicas (necessidade primária).

Enquanto Malinowski concentra-se, principalmente, na questão das necessidades biológicas, Radcliffe-Brown (1973), também se utilizando da biologia, desenvolve o conceito de função a partir de uma analogia entre a vida social e a vida orgânica. A diferença mais enfatizada por esse autor consiste na pressuposição de que a sociedade pode mudar seu tipo estrutural e/ou pode ser absorvida por outra e, por consequência, nunca morrerá (exceto em casos raros). Nesse último aspecto reside a hipótese central de Radcliffe-Brown (1973): é importante considerar os aspectos da vida social como um todo (relacionando-se uns com os outros) que funciona com o objetivo de atingir certo grau de consistência interna (harmonia) e adaptação externa (equilíbrio).

Transportando essas ideias para a ciência da administração, essa, por ser formada a partir das perspectivas oriundas de outras disciplinas, logo nos primeiros momentos de seu desenvolvimento, adotou

No mesmo sentido, assim como Durkheim o fizera na sociologia, o conceito de função, na antropologia, além de ser as proposições funcionalistas e estruturou as organizações, conforme Séguin e Chanlat (1987), a partir de quatro princípios diferentes: 1) a ideia de totalidade; 2) a submissão das vontades particulares em prol dos objetivos gerais (noção de função); 3) a incorporação dos princípios evolucionistas, ou seja, desconsideração com os aspectos históricos e, por conseguinte, com a mudança; e 4) a concepção integradora e não conflitual. A partir dessas breves elucidações e resgatando os princípios gerais do positivismo, percebemos, claramente, que o conceito de função, como princípio norteador do funcionalismo, é originário da crescente disseminação ou extrapolação, para diversos campos, das noções de utilitarismo e de evolução. Dizemos isso, pois, em nossa perspectiva, a noção de utilidade e de função apresenta certa correspondência, ou seja, associando a noção de totalidade e de supremacia econômica, a função de um indivíduo, atualmente, tende a ser mensurada por sua capacidade produtiva (geração de riqueza). Dessa simples associação entendemos que possa emergir uma das razões para a supremacia e manutenção do funcionalismo como forma de estruturação e análise (eficiência e eficácia) dos sistemas organizativos da sociedade moderna.

Afora as possíveis críticas metodológicas relacionadas a alguns aspectos do paradigma funcionalista (a não inclusão dos aspectos históricos, a redução dos aspectos sociais a um conjunto de fatos, a desconsideração das perspectivas individuais e, por conseguinte, dos aspectos menos visíveis de um sistema), outra reflexão pode ser auferida no que concerne à supremacia do

todo sobre as partes. Sob esse tema, o funcionalismo nos estudos organizacionais, além de fornecer argumentos para a elaboração de pressupostos que servirão para a construção da teoria sistêmica (analisada na sequência), ao suprimir as perspectivas individuais (parte), produz, dependendo do ângulo de análise, pelo menos duas posturas imbricadas. A primeira, que pode de certa maneira ser considerada como um ponto forte, pelo menos na ótica dos capitalistas, consiste na canalização das energias individuais para a consecução das metas organizacionais; também chamada de eficácia organizacional. Por outro lado, a segunda, em decorrência da primeira, assenta-se naquilo que Simon (1979) denominou de inclusão parcial, ou seja, ao considerar somente os aspectos relevantes para a organização, o funcionalismo reduziu os indivíduos a meros instrumentos (peças substituíveis), necessários ao fluxo material, sem quaisquer considerações com os aspectos individuais (humanos). Além da separação entre vida pessoal e vida profissional descrita por Simon, acreditamos que o funcionalismo intensificou uma separação, talvez, mais drástica que a anterior, ou seja,

*“fisiologicamente, cabeça e mãos são partes de um sistema, do mesmo modo, o processo de trabalho conjuga o trabalho do cérebro e das mãos. Mais tarde [com a intensificação dos processos produtivos e da divisão do trabalho], se separam e acabam por se tornar hostilmente contrários. O produto deixa de ser o resultado imediato da atividade do produtor individual para tornar-se produto social” (MARX, 1980 p. 584).*

Após apresentarmos a noção de função, de utilidade e de totalidade, cabe uma última consideração relacionada à outra característica do funcionalismo: a harmonia do sistema. Sobre esse aspecto, com o objetivo de perpetuar as estruturas

dominantes, entendemos que os sistemas organizativos encontraram na burocracia uma forma de personificar a essência do funcionalismo, ou seja, a partir da utilização de controles diretos e indiretos, as organizações tendem a antecipar, negar e manipular os conflitos, considerados meros desajustes estruturais, com o objetivo de manter o que Tragtenberg (1974) chamou de harmonia administrativa. Além disso, ao associar essa concepção à noção de realidade externa de Durkheim, ou melhor, a ideia de que os indivíduos nascem da sociedade, é possível perceber que os indivíduos, na maioria dos casos, estão fadados a submeterem-se aos ditames organizacionais (realidade instaurada), sob a pena de não serem reconhecidos (sem função).

Seguindo a ordem estabelecida no pré-texto desse trabalho, cabe algumas considerações acerca de uma outra corrente que também é derivada, de certa maneira, do positivismo e, principalmente, do funcionalismo: o sistemismo. Desse modo, por incorporar as noções de totalidade, de evolução, de função, dentre outras, essa corrente, embora tenha, em suas origens, os princípios funcionalistas, além de objetivar a unificação das ciências, ao associar-se ao fenômeno cibernético, propõe uma renovação metodológica ao enquadrar o dinamismo da sociedade e/ou das organizações como um fenômeno relevante (DEMO, 1985). De acordo com Demo (1985), um sistema pode ser entendido como um conjunto de elementos direta ou indiretamente relacionados que formam um todo autossustentado – maior que a soma das partes. De uma maneira geral, essa definição pressupõe a existência de uma consistência interna ou um tipo de força sinérgica que aponta para a organização e que confere ao agregado não só características diferentes,

mas muitas vezes não encontradas nos componentes isolados.

Partindo desse pressuposto, a análise sistêmica, além de diferenciar-se do interação com o ambiente (sistema aberto). Aliás, em relação ao último ponto mencionado, é possível prever a interação com o ambiente origina uma das características metodológicas centrais do sistemismo: a circularidade. Em outras palavras, partindo do ciclo básico de um sistema (input, conversão, output e retroalimentação), é possível afirmar que os sistemas buscam constantemente, a partir da retroalimentação, combater os constantes desequilíbrios provocados pelo ambiente e garantir a preservação de seus limites.

Enquanto Demo (1985), além de ressaltar a origem e os conceitos dos sistemas, concentrou-se nas distinções e semelhanças entre essa e outras perspectivas (estruturalismo e funcionalismo), Parsons (1967), apesar de considerar a evolução metodológica do sistemismo, ao enfatizar os subsistemas (organizações formadoras de um sistema) e suas relações com o ambiente, resgatou o conceito de função (funcionalismo) para explicar como esses subsistemas estruturam-se para a consecução de uma meta específica que contribui para a formação de um todo (sistema). Tamanha é a centralidade do conceito das metas no texto de Parsons (1967) que, a partir delas, o autor: 1) conceitua as organizações; 2) descreve a estruturação dessas em função dos enfoques inter-relacionados (cultural/institucional e os papéis dos indivíduos); 3) define os recursos necessários para a realização das atividades; 4) determina os mecanismos de implementação das metas estabelecidas tanto externos (estratégias de marketing, por exemplo) como internos (divisão do

estruturalismo por acentuar o fenômeno da organização (em oposição à decomposição dos elementos), distancia-se do funcionalismo por considerar a contínua trabalho); e 5) estabelece os níveis e os tipos de decisão (distributivas e de controle).

Na ciência da administração, os princípios da teoria de sistema foram muito bem-vindos devido a sua ênfase no todo (organização, sistema) e no equilíbrio desse, como demonstram Rosenweig e Kast (1980). Esses autores, ao realizarem uma releitura dos teóricos sistêmicos, além de apresentarem os sistemas administrativos e os tipos de administradores (técnico, organizacional/estrutural e institucional/ambiental - para ambos os casos), argumentam que as organizações devem ser encaradas como um sistema sóciotécnico estruturado (composto por diversos subsistemas - metas e valores, tecnológico, estrutural, psicossocial e administrativo) que possui, dentre outras, as seguintes características: fronteiras definidas, capacidade de transformação (entropia negativa), homeostase (equilíbrio/evolução), retroalimentação (interpretação das informações do ambiente), diferenciação e integração estrutural e equifinalidade das atividades.

De posse das características descritas acerca da teoria dos sistemas, é inegável sua contribuição no desenvolvimento das ciências sociais, especialmente, na administração. Desse modo, essas características foram incorporadas, primeiramente, ao contingencialismo que, de acordo com Morgan (1996), a partir dos estudos de Lawrence e Lorsh, Burns e Stalker, dentre outros, revolucionou a teoria e a prática organizacional ao enfatizar a constante necessidade de interação da organização com o ambiente (objetivando

reduzir a incerteza e garantir a sobrevivência da mesma) (DONALDSON, 1999). Ademais, essa postura proporcionou o desenvolvimento e/ou o aprimoramento de alguns temas centrais na ciência da administração, tais como: estrutura, estratégia, liderança, motivação, aprendizagem e redes organizacionais.

Entretanto, embora a teoria dos sistemas tenha se diferenciado do funcionalismo, devido à introdução da perspectiva dos sistemas abertos, entendemos que suas diferenças terminam nesse ponto, pois, em outros aspectos, o sistemismo assemelha-se em muito com alguns dos principais pilares (que também podem ser encarados como críticas metodológicas de ambos) do funcionalismo, a saber: a perspectiva histórica, a busca pela sobrevivência (equilíbrio/evolução), a ideia de totalidade e a desconsideração das partes em si.

Desse modo, não estranhamos a ênfase atribuída pelos teóricos dessa corrente à necessidade de coordenação e de controle sobre as partes (indivíduos e tecnologia) para garantir o todo (organização) e, por isso, consideramos relevante desenvolver as primeiras discussões em torno de alguns dos instrumentos de controle, afora a estrutura formal, utilizados para garantir a ordem do sistema. Um dos mecanismos de controle que merece destaque são os controles invisíveis (ideológicos, culturais, difuso) adotados por grande parte das organizações modernas (PAGÈS, 1987). Sob esse tema Guerreiro Ramos (1989, p. 109), argumenta que “através da absorção gradual das metas organizacionais em suas próprias atitudes, aquele que participa da organização adquire uma personalidade de organização”. Dessa forma, considerando o sistema econômico instaurado, entendemos que o indivíduo,

para sobreviver, tende a produzir uma ideologia semelhante à da empresa e, conseqüentemente, o sistema torna-se autorregulado, homeostático e retroalimentado.

Como última discussão acerca do sistemismo, pretendemos explorar outra característica dos sistemas eminentemente relacionada à nossa sociedade, a saber: a entropia negativa. De acordo com os textos mencionados, entropia negativa refere-se à capacidade de um sistema em aperfeiçoar-se constantemente, combatendo os desequilíbrios, a partir de recursos importados do ambiente. Associando esse conceito às discussões realizadas anteriormente, entendemos que ao exacerbar seu padrão de valores (no sentido de Parsons) para outros campos, o sistema capitalista, diferentemente do que os críticos previam, renova-se e mantém sua soberania, e isso, de acordo com Zizek (1996, p. 329), representa o paradoxo característico do capitalismo, ou seja, “o capitalismo é capaz de transformar seu limite, sua própria impotência, na fonte de seu poder”.

De uma maneira geral, depois de realizar essas breves explicações a respeito das principais bases epistemológicas que edificaram a ciência da administração e, conseqüentemente, a moderna empresa capitalista (o utilitarismo, o positivismo, o funcionalismo e o sistemismo), é possível identificar as origens de alguns temas centrais dessa ciência (e, conseqüentemente, os porquês de sua perpetuação), a saber: burocracia, racionalidade instrumental, especialização funcional, supremacia do todo sobre as partes (reducionismo), negação dos conflitos (manutenção da ordem), sobrevivência (evolução, perpetuação), desconsideração com os aspectos individuais, ênfase no aspecto econômico, exclusão,

desigualdade, dentre outros. Não pretendemos discutir cada um desses itens, pois entendemos que, de uma maneira ou de outra, todos já foram tratados nas páginas anteriores. Entretanto, gostaríamos de reproduzir um trecho de um determinado texto, pois, como enfatizado no início deste texto, se nossa sociedade é, realmente, uma sociedade de organizações e essas adotaram os princípios promulgados pelo positivismo e suas derivações, é preciso questionar acerca dos impactos dessa configuração sobre o indivíduo. Estranhamente a resposta já tinha sido escrita, em 1776, pela mão de Smith:

com o avanço da divisão do trabalho, a ocupação da maior parte daqueles que vivem do trabalho, isto é, da maioria da população, acaba restringindo-se a algumas operações extremamente simples, muitas vezes a uma ou duas [...] O homem que gasta toda sua vida executando algumas operações simples, cujos efeitos também são, talvez, sempre os mesmos ou mais ou menos os mesmos, não tem nenhuma oportunidade para exercitar sua compreensão ou para exercer seu espírito inventivo no sentido de encontrar meios para eliminar dificuldades que nunca ocorrem. Ele perde naturalmente o hábito de fazer isso, tornando-se geralmente tão embotado e ignorante quanto o possa ser uma criatura humana [...] Assim, a habilidade que ele adquiriu em sua ocupação específica parece ter sido adquirida à custa de suas virtudes intelectuais, sociais e marciais. (SMITH, 1996, p. 244).

### **“Onde queres a lua, eu sou o sol”: a dialética e o paradigma crítico**

Há muito tempo, Aristóteles em Política, afirmava: “uma cidade é constituída por diferentes tipos de homens; pessoas iguais não podem fazê-la existir”. Servimo-nos dessa frase para enfatizar que mesmo antes da consolidação das bases científicas dominantes sempre existiu um movimento contrário, uma crítica, aos padrões e valores

autor (considerado por muitos economistas como um entusiasta do capitalismo) ao referir-se sobre os reflexos da intensa divisão do trabalho que, de certa maneira, pode ser transposto para o tema em questão. Dizemos

estabelecidos, pois como disse Fouquié (1978), as noções de mudança, instabilidade, questionamento e contradição (alguns dos princípios da dialética) das ideias com o objetivo de gerar outras ideias (diferentes), têm sua origem no pensamento de alguns filósofos gregos, dentre eles Heráclito.

Essa contextualização serve para indicar que, frente à dominação científica-ideológica instaurada, a dialética, ou melhor, o paradigma crítico emerge como uma alternativa de superação, transformação ou melhoria da ordem vigente. Assim, pretendemos calcado nas considerações de Foulquié (1978), inicialmente, traçar um breve paralelo entre as duas principais perspectivas dialéticas: a hegeliana e a marxista. De acordo com Foulquié (1978), a dialética hegeliana, assentada no idealismo e composta de três momentos (tese, antítese e síntese), enfatiza constante luta de forças contrárias (contradição) do pensamento, e, por consequência, da realidade, que culminam com o surgimento de uma nova ideia (não definitiva, pois o processo é constante). Por outro lado, rejeitando a postura idealista de Hegel, Marx, preocupado com as questões políticas e sociais, desenvolve uma dialética, centrada nas condições econômicas (materialista), mais especificamente, no dinamismo e no movimento dessas, que busca explicar a evolução histórica da sociedade e a possibilidade de transformação social (luta de classes). De uma maneira geral, embora existam divergências entre essas concepções de dialética, Gurvitch (1987) salienta que é

possível identificar diversos pontos em comum nas concepções autênticas da dialética, a saber: 1) toda dialética visa às totalidades e as partes (sempre em movimento); 2) enquanto método, ela se caracteriza pela negação; 3) ela abala a estabilidade da realidade social e dos conhecimentos cristalizados e; 4) ela manifesta e enfatiza a contradição, os contrários, as tensões e as lutas.

No mesmo sentido, Demo (1985), apresenta algumas categorias fundamentais do método dialético, dentre elas: 1) historicidade - caracterizada pela mobilidade constante da história; 2) processo - propriedade de estar sempre em formação, ou seja, nunca ser algo acabado (relatividade social); 3) mutação social - assume com normalidade a mudança do sistema e; 4) conflito social - a existência de contradições internas que podem superar a ordem vigente (transcendência). Partindo dessas características, de acordo com Lefebvre (1983), a dialética exige uma metodologia única e sistemática, ou seja, ela não pode se contentar com uma simples reflexão sobre os métodos tomados isoladamente, pelo contrário, ela deverá elucidar esses métodos, deve penetrar nas ciências tanto de dentro (movimento e conteúdo específicos) quanto de fora (em nome da aproximação entre teoria e prática, entre ciência e vida). Desse modo, ainda de acordo com Lefebvre (1983), é preciso substituir a lógica formal do pensamento, aquela cuja organização do raciocínio não considera o conteúdo (abstração) e, por isso, considera o conhecimento pronto, acabado e imutável, por uma lógica concreta ou lógica dialética que, por enfatizar a interação e o movimento dos elementos contrários (o sujeito e o objeto, a forma e o conteúdo, o passado e o presente), faz uma ciência considerando o

contato com o real e, conseqüentemente, a soma, em breves fórmulas, de toda experiência humana.

Calcado nessa perspectiva, o método dialético, sendo ao mesmo tempo leis do real e do pensamento, pode ser resumido como uma análise do movimento, ou seja, a análise da continuidade e descontinuidade, do aparecimento e choque das contradições, dos saltos qualitativos e da superação. Complementando tal caracterização, Lefebvre (1983) resume o método em questão nas seguintes leis: 1) lei da interação universal (conexão recíproca de tudo o que existe); 2) lei do movimento universal 3) lei da unidade dos contrários (luta dos contrários que, quando se chocam, os quebra ou os supera - síntese); 4) transformação da quantidade em qualidade (salto dialético - mudanças quantitativas implicam, simultaneamente, a continuidade e a descontinuidade - aparecimento do novo) e; 5) lei do movimento espiral (superação dos limites) (LEFEBVRE,1983).

Especificamente dentro da teoria organizacional, o paradigma crítico, em oposição às ideias funcionalistas, de acordo com Séguin e Chanlat (1987) considera a concepção sociológica da organização (relações sociais), inclui a perspectiva histórica, considera a dialética, desnuda as relações reais, acentua a participação humana na transformação da realidade e propõe uma visão emancipadora da organização. Em outras palavras, principalmente a partir da noção de dialética, o texto de Lapassade (1977), em referência a Sartre, demonstra a importância primordial do conceito de inacabamento dos grupos, das organizações e das instituições como uma possibilidade para evitar a dominação e alienação oriundas do estabelecimento de uma ordem que

independe e está acima do consenso do grupo, da vida do grupo (burocracia).

Sob esse tema, Benson (1983), além de indicar caminhos para a realização de pesquisas em organizações a partir de uma perspectiva dialética (que enfatiza o processo e os mecanismos pelos quais ele se mantém, se reproduz ou se reconstrói) que podem processo de produção da mudança e na definição dos limites do sistema que devem ser ultrapassados no intento de transformar a organização (unidade de ruptura).

De uma maneira geral, ao pautar algumas características supracitadas do paradigma crítico, ou seja, a consideração dos aspectos históricos, a ênfase nas contradições e no conflito, a ideia de descontinuidade, de mudança qualitativa, de processo e inacabamento, de movimento das totalidades e das partes, dentre outras, e compará-las aos princípios funcionalistas (continuidade, equilíbrio, totalidade, dentre outras), é possível perceber a dicotomia existente entre ambas as perspectivas. Pois, enquanto uma preocupa-se com a manutenção da realidade (realidade que privilegia uma minoria) e o controle das partes (supremacia dos valores organizacionais sobre os individuais), o paradigma crítico, ao tentar entender tanto as relações sociais quanto os sujeitos e sua inserção nestas relações, é denunciativo, uma vez que procura desnudar as concepções convencionalmente instauradas pelo utilitarismo e pelo positivismo (as verdades pré-estabelecidas), e emancipatório por questionar e transformar a realidade social (liberdade, democracia).

Em relação ao último item, pelo menos em nossa perspectiva, parece claro que muitos indivíduos possuem o desejo de emancipar-se da ordem vigente, de diferentes maneiras ou intensidades. Entretanto, como foi evidenciado na descrição das correntes

indicar uma superação dos modelos e metodologias vigentes (funcionalismo), a partir da análise em dois níveis da realidade (morfológica e infra-estrutural); salienta a importância das contradições (rupturas, rachaduras e inconsistências no tecido social da organização) como elementos cruciais no

anteriores a esta, na atual configuração social, individualmente temos pouco poder (desconsideração das partes) para realizar essa tarefa, restando-nos, como vivemos em uma sociedade de organizações, recorrer a elas. Entretanto, associando essa perspectiva à discussão realizada por Lapassade (1977) sobre grupos, organizações e instituições, entendemos que a organização, talvez devido à intensa racionalização das atividades e a criação de regras para manter coesão, passa a ter “vida própria”, com características e objetivos, na maioria das vezes, distintos daqueles indivíduos que a criaram, ou seja, a partir desse momento, a instituição não precisa mais de qualquer consenso de grupo (perda do poder de emancipação ou de transformação). Desse modo, considerando que os indivíduos têm pouco poder de emancipação e que nossa sociedade é uma sociedade de organizações, entendemos que contradições ao sistema vigente viriam de organizações que adotam uma lógica diferente (racionalidade substantiva).

Por essas e outras características, entendemos que esse paradigma e, em especial, sua metodologia, pode contribuir, academicamente, para a construção de estratégias emancipatórias de pesquisa e, por conseguinte, facilitar a apropriação e a criação de novos conhecimentos. Por fim, devido à extrapolação dos conhecimentos oriundos dessa perspectiva para outras esferas sociais, o paradigma crítico, ao desvendar e/ou desmascarar as diversas

esferas sociais, deverá servir como um alerta e, principalmente, como uma contradição (argumentação) para que o desejo de emancipação deixe de ser uma serialidade (no sentido de Lapassade) e torne-se um novo senso comum.

Como últimas linhas sobre esse tema, considerando a dimensão atingida pelo sistema capitalista e a extrapolação de sua lógica para outros enclaves sociais, à primeira vista, o paradigma crítico emerge como forma, potente, de abordar e transformar a realidade social. Sendo assim, como um lembrete dessa potencialidade reproduzimos o seguinte trecho da obra de Marx:

a população é uma abstração se deixo de lado, por exemplo, as classes que a compõem. Por sua vez, essas classes são uma palavra vazia de sentido se ignoro os elementos em que se baseiam, por exemplo, o trabalho assalariado, o capital, etc. Estes pressupõem a troca, a divisão do trabalho, os preços, etc. Assim, se eu começasse pela população, ficaria com uma representação caótica do conjunto; em seguida, por meio de uma determinação mais precisa, procedendo pela análise, chegaria a conceitos cada vez mais simples; uma vez alcançado esse ponto, seria necessário empreender a viagem de retorno e, de novo, chegaria à população. Desta vez, porém, não teria à minha frente um amontoado caótico, mas sim uma rica totalidade de determinações e relações complexas. O concreto é concreto porque é a síntese de numerosas determinações, ou seja, unidade da diversidade. É a razão pela qual o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, e não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, por conseguinte, também o ponto de partida da intuição e da representação [...] a totalidade concreta, como totalidade pensada, concreto pensado é, de fato, um produto do pensamento, do ato de conceber; não é, de modo algum, o produto do conceito que se engendraria a si mesmo, que pensaria fora e acima da percepção e da representação (MARX, 1978, p.37 apud MISOCZKY, 2003).

### **“O mundo em movimento está”: o paradigma da complexidade**

Além do paradigma crítico, uma outra forma, de acordo com muitos acadêmicos, de superar as bases epistemológicas vigentes, assenta-se no paradigma da complexidade. Assim, como forma de iniciar o debate acerca do tema em questão, além de demonstrar o caráter totalitário, simplificante e fragmentado (unidisciplinar) das ciências sobre outras formas de conhecimento, Descamps (1991), partindo do pressuposto de que muitos textos filosófico-literários auxiliaram no desenvolvimento da ciência, salienta a necessidade dessas considerarem, interdisciplinarmente, o acaso, a incerteza, a desordem, o indeterminismo, o individual, o afetivo, o tempo (história), o impulsivo e o estético, ou seja, a complexidade (em oposição ao racionalismo), com o objetivo de, principalmente, refletir sobre si mesma. No mesmo sentido, Prigogine e Stengers (1997) chamam a atenção para a necessidade das ciências libertarem-se de uma concepção estreita da realidade que desconsidera a novidade e a diversidade (eventos não controláveis). Assim, esses autores propõem uma reinvenção (metamorfose - não ruptura) das ciências a partir da consideração dos eventos (acidentes, mudanças, desordem), da interação entre sujeito e objeto, das conversas com a filosofia, do contato com o real, da interação entre as ciências, dentre outras características ora mencionadas por Descamps (1991).

Com o objetivo de propor essa libertação das ciências, Morin (1982), apoiado na cibernética e na teoria dos sistemas, formula algumas hipóteses que poderiam contribuir para a construção de um paradigma da complexidade - conjunto de princípios de inteligibilidade que, ligados uns aos outros (transdisciplinarmente), poderiam

determinar as condições de uma visão complexa do universo (físico, biológico, antropológico). Para isso, o autor inicia a discussão argumentando acerca da necessidade de interação entre a ordem e a desordem (incertezas), pois, por mais que a desordem ameace, incessantemente, a ordem (organização), essa última precisa da desordem para desenvolver-se (auto-mais complexa, dotada de autonomia, fez emergir as qualidades próprias à vida" (MORIN, 2005, p. 3). Desse modo, a teoria da auto-organização (complexidade), por manter em seu seio a incerteza e a ambiguidade, necessita de uma lógica superior àquela utilizada pelas teorias precedentes, a saber: uma lógica arborescente (simultaneamente probabilística, dialógica, dialética e generativa). Ainda conforme Morin (1982), essa lógica enfatiza que a evolução apresenta um caráter não linear, ou seja, a lógica do inesperado e do não previsto. A partir dessas considerações e contrapondo a ideia de disjunção (isolamento do objeto de seu ambiente), esse autor descreve alguns traços característicos da constituição do pensamento complexo, dentre eles: a interação entre objeto/sujeito/ambiente, a noção de sistema (interação e retroação do todo e das partes), a confrontação com a contradição, a associação de aspectos biológicos e socioculturais, a simultaneidade entre ordem/desordem/organização, a tendência auto-organizadora dos organismos complexos (autonomia).

De qualquer forma, por considerar todas as características elencadas até aqui, a teoria da complexidade, de acordo com Morin (1996), choca-se frontalmente com o conhecimento científico tradicional (assentado na objetividade dos enunciados científicos, na objetividade das verificações empíricas e na coerência lógica das teorias

organização), ou seja, um mundo sem desordem é incapaz de evoluir e um mundo sem ordem é incapaz de nascer.

Assim, a complexidade, enquanto ideia-chave da obra de Morin se fundamenta pela explicação de que a "originalidade da matéria viva não é uma diferença de substância, mas de organização: esta, muito que se fundam nesses dados). Para rebater essa perspectiva, Morin (1996) argumenta que cientificidade é construída a partir da não-cientificidade (aspectos subjetivos, incerteza, realidade sociocultural), ou seja, não há uma ciência pura, não há uma lógica pura, o desenvolvimento da ciência, da lógica, do pensamento têm necessidade das impurezas (não-cientificidade) e da intensa articulação entre as ciências.

Após essas breves elucidações acerca do paradigma da complexidade, é possível afirmar que, por respeitar as diversas dimensões de um determinado fenômeno e considerar a maneira simplista (unidisciplinar, despedaçada) na qual esses fenômenos eram tratados, esse paradigma propõe uma metodologia transdisciplinar e contextualizada (situada biológica, física, temporal e culturalmente) com o objetivo de fornecer a explicação mais completa (não conclusiva devido à incerteza, a imprevisibilidade) de um determinado fenômeno. À primeira vista, essa situação parece ir ao encontro da aspiração de Santos (2003), ou seja, a necessidade de criar uma teoria de união (ao invés de teorias de separação) que busque reunir áreas distintas e dar voz a diferentes grupos.

Mais que isso, ainda relacionando o autor supracitado com o paradigma em questão, é importante registrar que os princípios do paradigma da complexidade parecem ir ao encontro, embora de maneira

incipiente, das principais aspirações de Santos (1988), no que concerne a construção de um novo paradigma social ou paradigma emergente (para além de um paradigma científico), ou seja, a partir da diminuição (fluidez) das principais dicotomias entre as ciências (quantitativo/qualitativo, objetividade/subjetividade, modelo/narrativa) e do uso da interdisciplinaridade (múltiplas perspectivas de análise), as ciências e, especificamente, as ciências sociais, em prol de uma aproximação, cada vez maior, com a realidade/sociedade (ciência menos excludente), optam por uma posição que busca associar aspectos (dicotomias) antes fragmentados. Entretanto, vale salientar que, embora acreditemos nessa proposta, existe uma linha muito tênue que separa esses dois “mundos” e que o risco de perder a cientificidade ou tornar-se muito objetivo é altíssimo.

A partir das discussões realizadas nos parágrafos anteriores, consideramos importante salientar que, atualmente, não é raro encontrar pesquisadores (principalmente brasileiros) dentro da ciência da administração que, aproveitando-se dessa “liberdade” interdisciplinar e por considerá-la, em alguns casos, como um modismo, apropriam-se de conhecimentos (e, na maioria das vezes, somente dos conceitos) de outras disciplinas (psicologia, sociologia, economia, filosofia, educação, etc) e de outros contextos sem qualquer adaptação, delimitação ou consideração à realidade pesquisada e, por consequência, banalizam (simplificam), ainda mais, nossa ciência, uma vez que os pilares formadores se mantêm. Talvez essa situação se permaneça porque, em muitos casos, reprimimos nossas dúvidas e nos incorporamos ao rebanho uma vez que não conseguimos nos imaginar pioneiros na

tarefa de desvendar as verdades até agora desconhecidas e/ou dolorosas. (BOTTON, 2001). Entretanto precisamos mencionar o alerta de Guerreiro Ramos (1989; p.1) para o fato de que:

a Teoria da Administração, do modo como tem sido concebida é ingênua, porque se baseia na racionalidade instrumental característica da ciência social no Ocidente [...] [seu] sucesso é unidimensional e vem exercendo um impacto desfigurador sobre a vida humana associada.

### (O NOSSO) FUTURO...

Considerando que muitas das discussões desenvolvidas nas páginas precedentes deste texto poderiam estar contidas na presente seção (principalmente as discussões realizadas nos dois últimos pontos – paradigma crítico e paradigma da complexidade), optamos, para evitar a redundância, por não remontar uma síntese de cada uma das correntes mencionadas nas páginas precedentes, nem das relações de cada uma dessas com a Ciência da Administração (dois pontos propostos no objetivo deste trabalho). Entretanto, com vistas a discutir outros pontos firmados no início deste texto (outras relações com a Ciência da Administração e as possibilidades de superação do modelo de ciência e de organização hegemônicos), após perpassar por algumas das principais correntes epistemológicas da sociedade moderna, é preciso resgatar as características básicas do paradigma dominante (positivista, funcionalista), a saber: a realidade objetiva (única verdade), o utilitarismo, o totalitarismo (supremacia do todo sobre as partes), a evolução (continuidade, ordem, equilíbrio), a noção de função, dentre outras.

Partindo dessas e de outras características já mencionadas, nos utilizamos da argumentação de Santos (1988) para

demonstrar os efeitos que essas produzem na ciência e, conseqüentemente, na sociedade, ou seja: 1) o racionalismo e o totalitarismo científico - negação de outras formas de conhecimento; 2) a ênfase em aspectos quantitativos - o que não é quantificável não é relevante; e 3) o conhecimento científico tende a favorecer as elites e a ordem econômica dominante, ou seja, é excludente e destinado para uma minoria. Mais que isso, consolidação de um paradigma científico não pode ser considerado um evento isolado, uma vez que elementos de outra natureza (político, econômico e cultural) interferiram nesse processo, ou melhor, como afirmou Japiassu (1991), o conhecimento científico é sempre tributário de um pano de fundo ideológico e filosófico. Esse pano de fundo que Japiassu (1991) se refere, em nossa perspectiva é o mercado, pois, desde o desenvolvimento do capitalismo, essa esfera passou, pouco a pouco, a exercer uma grande influência na sociedade moderna, de modo que, em meados do século XIX, o mercado tornou-se central no processo de construção social.

Tendo o mercado como modelador da mente dos cidadãos e ideologia dominante da sociedade moderna, esse, quando entendido como uma forma de dominação despersonalizada, serve-se dos próprios indivíduos para perpetuar-se no poder, nesse caso, de acordo com Foucault (2002), o poder não se aplica pura e simplesmente como uma obrigação ou uma proibição aos que não têm; ele investe os atores, passa por eles e através deles. À primeira vista, essas considerações, além de sinalizarem para uma nova forma de controle social (controle difuso), podem enfatizar aquilo que Deleuze (2007) chamou de sociedade de controle, ou seja, uma mesma ideologia em diferentes espaços sociais (escola, empresa, etc.). Em decorrência

em referência ao paradigma dominante, Santos (1988, p. 58) argumenta: “o rigor científico, porque fundado no rigor matemático, é um rigor que quantifica e que, ao quantificar, desqualifica, um rigor que, ao objetivar os fenômenos, os objetualiza e os degrada, que ao caracterizar os fenômenos, os caricaturiza”.

Ademais, como já enfatizado e demonstrado em outros momentos, a disso, tanto a consolidação de novas posturas científicas como a construção de novos estilos de vida torna-se cada vez mais difícil, pois como disse Cornelius Castoriadis, o que há de errado com a sociedade em que vivemos é que ela deixou de se questionar. É um tipo de sociedade que não mais reconhece qualquer alternativa para si mesma e, portanto, sente-se absolvida do dever de examinar, demonstrar, justificar (e que dirá provar) a validade de suas suposições tácitas e declaradas.

Não detalharemos os reflexos dessa situação tanto para a ciência (incluindo a ciência da administração) como para a sociedade, pois entendemos que no corpo do texto existem diversas inserções sob esse tema, no entanto, ao refletir sobre as possibilidades de emancipação das bases científicas e ideológicas hegemônicas, consideramos relevante destacar, com surpresa, as palavras de Durkheim (1978), ou seja, de acordo com esse autor, enquanto em outros tempos as funções econômicas só tinham um papel secundário, hoje elas ocupam o primeiro plano. Diante delas vemos as funções militares, administrativas e religiosas recuarem cada vez mais. Só as funções científicas têm condições de lhes disputar a posição e, mesmo assim, a ciência hoje só tem prestígio na medida em que pode servir à prática, isto é, em boa parte, às profissões econômicas.

Assim, por não conseguir dissociar a ciência da sociedade, e essa do mercado, após identificar que a ciência seria uma das principais responsáveis pela transformação da ordem vigente, um passo além seria identificar o cerne da mudança. Para tanto, servimo-nos das palavras de Guerreiro Ramos (1989, p, XI) conforme segue:

hoje é necessário um modelo alternativo de pensamento ainda não articulado em termos sistemáticos, porque a sociedade centrada em mercado, mais de duzentos anos depois de seu aparecimento, está mostrando suas limitações e sua influência desfiguradora da vida humana como um todo.

Em termos operacionais, associados a alguns princípios da complexidade, as noções de crítica, de dialética e de movimento, contribuem para fazer emergir um novo paradigma social (para além do científico), denominado por Santos (1988) de paradigma emergente o qual, dentre outros, tem como pressupostos: 1) a diminuição da dicotomia entre ciência social e ciência natural; 2) a transdisciplinaridade; 3) a inclusão de múltiplas formas de obtenção de informações e de aspectos subjetivos do pesquisador; e 5) a utilização das construções científicas para alterar o senso comum (ciência menos excludente).

De fato, compartilhamos com as ideias de Santos (2000), que defende uma crítica que se desvie da teoria crítica moderna em três aspectos fundamentais: o primeiro diz respeito ao fato de que não é possível conceber estratégias emancipatórias genuínas dentro do paradigma dominante, pois essas estão condenadas a se transformarem em outras tantas estratégias regulatórias; o segundo refere-se à ideia de que em relação ao estatuto e objetivos da crítica, o pensamento crítico é centrífugo e subversivo, na medida em que visa a criar

desfamiliarização com o que está estabelecido e é convencionalmente aceito como normal, virtual, inevitável e necessário, mas a desfamiliarização deve ser um momento de suspensão necessário para criar uma nova familiaridade com a vida e estabelecer um novo senso comum; o terceiro aspecto é a auto-reflexividade, pois “o que dizemos acerca do que dizemos é sempre mais do que sabemos acerca do que dizemos. Neste excesso reside o limite da crítica. Quanto menos se reconhece este limite, maior ele se torna” (SANTOS, 2000, p. 16).

Considerando as diversas argumentações em torno da proximidade entre ideologia e epistemologia elucidadas neste texto, entendemos que as características do paradigma crítico e do paradigma emergente (derivado do paradigma da complexidade) apresentadas até aqui são suficientes para que o leitor verifique a potencialidade desta corrente de pensamento como um instrumento capaz de construir estratégias (científicas) emancipatórias de pesquisa e, por conseguinte, facilitar a apropriação e a criação de novos conhecimentos (leia-se distantes do modelo empresarial). Desse modo, buscando reduzir o mercado a um mero enclave, percebemos que é primordial que se dê atenção àquilo que os atores constroem, as alternativas que configurariam outras formas de organizar. Por isso, construir processos de luta e resistência aos valores e à forma empresarial torna-se, considerando que vivemos em uma sociedade de organizações, tão importante quanto construir formas organizacionais que se oponham a uma visão de mundo única (relações que não sejam balizadas pela maximização do lucro ou guiadas por objetivos ditados externamente) (SILVA et al., 2010). Pois como afirmaram Carvalho e Andrade (2006, p. 11) “a diversidade e

singularidade de conteúdos e contextos nos quais ocorrem situações de administração pedem teorias não resignadas à configuração de poder estabelecida: o modelo burocrático-empresarial”.

Desse modo, além da necessidade de construir conhecimentos distantes do modelo empresarial como mencionado anteriormente, ao adotarmos uma postura crítica, percebemos, também, a possibilidade de evitar o que Dussel (2006) chamou de possibilitem efetuar a redução sociológica. Dizemos isso, pois entendemos que essa é uma tarefa essencial daqueles que pretendem construir teorias capazes de contribuir com suas sociedades e trazer novos olhares, novas possibilidades, ampliar o campo de possibilidades estabelecido, sobretudo através do discurso ideologicamente comprometido das ciências da administração (SILVA et. al, 2010). Pois como afirmou Motta e Caldas (1997, p. 18), “toda sociedade, em maior ou menor medida, filtra e adiciona seu próprio ‘tempero’ as ideias e tecnologias globalizantes, criando suas próprias versões” do organizar, sendo necessário compreender essas particularidades e seu processo de formação. Por isso, a necessidade de se transpor a crença de que “regras gerais se [aplicam] a todas as situações de administração, trabalho e organização, independentemente dos contextos em que [são] encontradas” (MOTTA E CALDAS 1997, p.25).

Por fim, considerando que o contexto ora delineado é um fenômeno social total, ou seja, não é possível compreendê-lo se o analisamos de uma perspectiva exclusivamente econômica ou sociológica ou ainda psicológica, as reflexões sobre esse devem implicar em uma abordagem transdisciplinar que, ao contextualizar ou apropriar teorias, coloca no centro de um

atitude surcussaleira, ou seja, tratar dos conhecimentos oriundos de outros contextos como se fosse uma sucursal na qual as teorias são aplicadas sem qualquer consideração/adaptação à realidade pesquisada. Não é sectarismo, não estamos desprezando aquilo que é produzido em outros contextos, mas consideramos relevante desenvolver um processo de conversação entre teorias e contextos que

determinado esforço teórico o contexto social e político no qual ele está diretamente inscrito. Tais colocações podem ser complementadas com a afirmação de Santos, ao discorrer acerca das possibilidades e formas de superação da ideologia e do paradigma vigente, a saber:

hoje possuímos muitas teorias da separação e poucas teorias de união, [...] [não devemos buscar] uma grande teoria que em si mesma envolva tudo e todos em um certo momento, mas [criar uma] [...] ‘teoria da tradução’ [...] uma maneira de reunir áreas distintas e de dar voz a diferentes grupos (2003, p. 14).

Para os desavisados, ao analisar os princípios que nos separam de uma ciência menos excludente e mais próxima da sociedade, parece fácil implementar essa proposta. Entretanto, como salientamos no início deste trabalho, toda forma de conhecimento é uma forma de poder. Se considerarmos isso como verdadeiro, os conflitos epistemológicos tornam-se, sempre, inseparavelmente, conflitos políticos (conflitos entre correntes e, principalmente, entre essas correntes e a esfera social hegemônica, ou seja, o mercado); assim, uma pesquisa sobre o poder no campo científico poderia perfeitamente só comportar questões aparentemente epistemológicas (ideológicas) (BOURDIEU, 2004). Por isso, finalizamos com uma citação de Lewis Carroll (2004) que,

talvez, represente o hoje e a dimensão do nosso desafio: “agora, aqui, veja, é preciso correr o máximo que você puder para permanecer no mesmo lugar. Se você quiser

ir a algum outro lugar, deve correr pelo menos duas vezes mais depressa do que isso!”.

## REFERÊNCIAS

ARON, R. Etapas do pensamento sociológico. São Paulo: Martins Fontes: 2002.

BENSON, J. K. Les organisations: un point de vue dialectique. In: SÉGUIN, F et

CHANLAT, J. L'analyse des organizations: une anthologie sociologique. Tome I: Les théories des organisations. Montreal: Gaëtan Morin, 1987.

BENTHAN, J. Uma introdução aos princípios da moral e da legislação. 2º Edição. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

BOURDIEU, P. Sociologia. São Paulo: Ed. Ática, 1994.

\_\_\_\_\_. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Unesp, 2004.

BOTTON, A. As Consolações da Filosofia. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

BURRELL, G.; MORGAN, G. Sociological Paradigms and Organizational Analysis: Elements of the Sociology of Corporate Life. London: Heinemann Educational Books, 1979.

CARROLL, L. Alice no país das maravilhas. São Paulo: Martin Claret, 2004.

CARVALHO, C. A. P.; ANDRADE, J. A. de. A Inevitável Conversação entre Estudos Organizacionais e Administração Pública. Reflexões a Partir de uma Agenda de Pesquisa. In: XXX EnANPAD (2006: Salvador). Anais ... Salvador: ANPAD, 2006. em CD-ROM;

DELEUZE, G. Conversações. Rio de Janeiro: Editora 34, 2007.

DEMO, P. Metodologia científica em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1985.

DESCAMPS, C. As ideias filosóficas contemporâneas na França (1960 - 1985). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

DONALDSON, L. Teoria da contingência estrutural. In: CLEGG, S.R.; HARDY, C.; NORD, W.R. (orgs.). Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. V. 1, , São Paulo: Atlas, 1999.

DORTIER, J.-F. Le cercle de Vienne et le nouvel spirit scientifique. In: Sciences Humaines, septembre, 2000.

DURKHEIM, É. As regras do método sociológico. In: Émile Durkheim. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

DUSSEL, E. Vivemos uma primavera política. Conferência ministrada na UFSC, 2006.

ETZIONI, A. Organizações Modernas. São Paulo: Pioneira, 1967.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. Analysing Discourse: textual analysis for social research. Routledge, 2003.

FOUCAULT, M Vigiar e Punir. Petrópolis, Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. A Ordem do Discurso. 15ª ed., São Paulo: Loyola, 2007.

\_\_\_\_\_. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008.

FOULQUIÉ, P. A Dialética. Lisboa: Europa-América, 1978.

GUERREIRO RAMOS, A. A Nova Ciência das Organizações. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1989.

GURVITCH, G. Caracterização prévia da dialética. In: Dialética e sociologia. São Paulo: Vértice, 1987.

JAPIASSU, H. Introdução ao Pensamento Epistemológico. São Paulo: Francisco Alves, 1991.

KUHN, T. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo, Perspectiva, 1987.

LAPASSADE, G. Dialética dos grupos, das organizações, das instituições. In: Grupos, organizações e instituições. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1977.

LEFEBVRE, H. Lógica formal e lógica dialética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

MALINOWSKI, B. Uma teoria científica da cultura. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MARX, K. O capital – crítica da economia política. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980.

MISOCZKY, M. C. Pelo primado das relações nos estudos organizacionais: algumas indicações a partir de leituras enamoradas de Marx, Bourdieu e Deleuze In: XXVII EnANPAD (2003: Atibaia). Anais ... Atibaia: ANPAD, 2003. em CD-ROM.

MORGAN, G. Imagens da Organização. São Paulo: Atlas, 1996.

MORIN, E. Ciência com consciência. Lisboa: Europa-America, 1982

\_\_\_\_\_. O problema epistemológico da complexidade. Lisboa: Europa-América, 1996.

\_\_\_\_\_. Harmonia dos extremos. Folha de São Paulo, 9 de Janeiro de 2005.

MOTTA, F. C. P., CALDAS, M. P. Cultura organizacional e cultura brasileira. São Paulo: Atlas, 1997.

PADOVANI, U. E CATAGNOLA, L. História da Filosofia. São Paulo: Melhoramentos, 1990.

PAGÈS, M., BONETTI, M, DE GAULEJAC, V. e DESCENDRE, D. O poder das organizações. São Paulo: Atlas, 1987.

PARSONS, T. Sugestões para um tratado sociológico da teoria das organizações. In: Etzioni, A. Organizações complexas. São Paulo: Atlas, 1967.

POPPER, K. A lógica da investigação científica. In: Karl Popper – Coleção os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1980. Cap 1 e 2.

PRIGOGINE, Ilya e STENGERS, Isabelle. A nova aliança: a metamorfose da Ciência. 3ª ed. Brasília: Editora da UnB, 1997.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. Estrutura e função na sociedade primitiva. Petrópolis: Vozes, 1973.

ROSENWEIG, J. e KAST F. O conceito moderno: enfoque sistêmico. In: Organização e administração – um enfoque sistêmico. São Paulo: Pioneira, 1980.

SCHLICK, M. ; CARNAP, R. Coletânea de textos. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

SANTOS, B. S. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. São Paulo: USP, Estudos Avançados, nº 3, maio/agosto 1988.

\_\_\_\_\_. Um Discurso Sobre as Ciências. São Paulo: Afrontamento, 2003.

\_\_\_\_\_. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. 2ª ed., Cortez: São Paulo, 2000.

SÉGUIN, F et CHANLAT, J. L'analyse dès organizations: une anthologie sociologique. Tome I, p. 33-36. Montrea Gaëtan Morin, 1987.

SILVA, R. C. da; VIEIRA, M. M. F. DELLAGNELO, E. L.; CARVALHO, C. A. Para Além da Empresa: por outras possibilidades de teorizar sobre organizações In: RODRIGUES, M. S.; SILVA, R. C. da; VIEIRA, M. M. F. Cultura, Mercado e Desenvolvimento. Porto Alegre: DaCasa, 2010.

SIMON, H. Comportamento Administrativo. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1979.

SMITH, A. A Riqueza das Nações São Paulo: Nova Cultural, 1996.

TRAGTENBERG, M. Burocracia e Ideologia. São Paulo: Ática, 1974.

WITTGENSTEIN, L J. J. Investigações filosóficas. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

ZIZEK, S. Como Marx inventou o sintoma?. In: ZIZEK, S. (org.) Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

## NOTAS

<sup>(1)</sup> Graduado em Administração pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande (2003), Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (2006) e Doutor em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (2013). Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal de Pelotas e Pesquisador do Observatório da Realidade Organizacional (UFSC/UFRGS/UFPE/UFAL). Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Teoria das Organizações, atuando principalmente nos seguintes temas: Sociologia da Empresa, Empresarização do Mundo, Análise Crítica do Discurso, Mídia, Organizações da Sociedade Civil e Ensino Superior.

*Enviado: 15/12/2011*

*Aceito: 07/05/2013*

*Publicado: 31/07/2013*

---

<sup>i</sup> Ainda que seja o único autor, esse texto, como muitos outros, é fruto da participação direta ou indireta de diversas pessoas, cujos ensinamentos, conversas e debates tornaram possível a sua construção. Por esta razão e com o intuito de homenageá-las, optei por narrá-lo na primeira pessoa do plural. No entanto, é importante registrar que somente os créditos devem ser compartilhados, ou seja, quaisquer falhas ou lacunas presentes no texto são exclusivamente minhas.